



SEGUNDO REINADO

SEGUNDO REINADO (1840-1889)



Bandeira do Império do Brasil.

O jovem Imperador D. Pedro II foi coroado em 1840, através de um golpe que antecipou a sua maioridade. Os liberais achavam essa manobra necessária devido à ameaça real de divisão territorial que havia no Brasil. Desde antes da Independência que movimentos de emancipação política estouravam, principalmente no Norte e Nordeste, e depois no Sul.

Como não havia ainda no Brasil uma ideia de nacionalidade, até porque estes são conceitos construídos e incutidos através de um projeto de país, estas ameaças de desmembramento do território eram perigos reais. Aliás, se existem hoje movimentos que defendem uma separação de certas regiões do Brasil do resto do território, o que dizer daquela época?

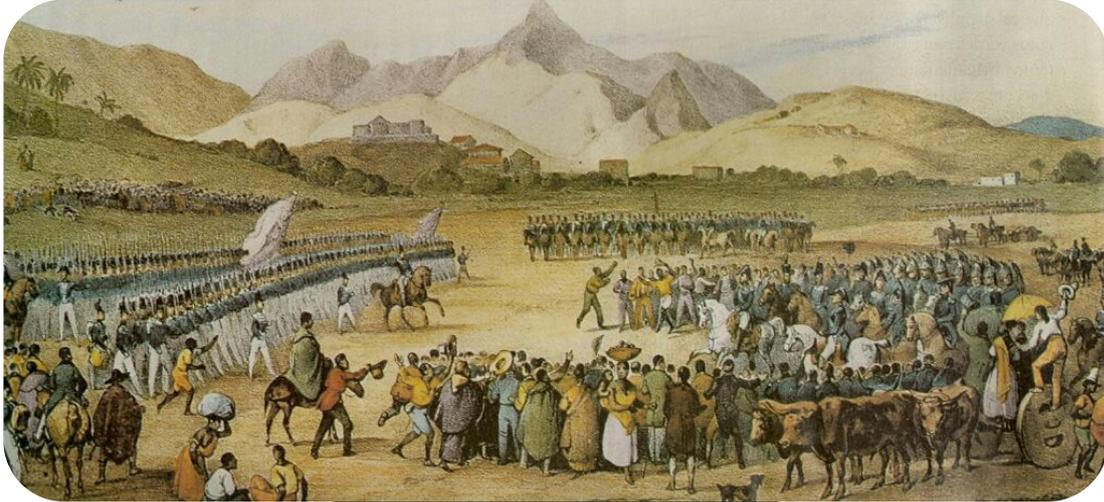
A crítica não era voltada somente aos altos impostos pagos para o poder central (a Corte no Rio de Janeiro), mas também para a própria ideia de um Império de dimensões continentais formado com regiões muito diferentes umas das outras. Em outras palavras, o Brasil era um projeto em construção.



Brasil em 1822.



Possivelmente, o fato de o Império ter sido fundado por uma dinastia portuguesa, por um monarca, que estava mais preocupado com seu país de nascimento do que com o país, que acabara de nascer, muito contribuiu para a falta de identificação com o poder central. Sendo assim, o mínimo que a autoridade imperial poderia fazer naquele momento, era garantir a unidade territorial.



Representação da Balaiada.

Mas logo no começo do seu governo, D. Pedro II deu mostras da sua magnanimidade ao anistiar os revoltosos que foram presos após a derrota da Balaiada, uma rebelião, que ocorreu no Maranhão e foi derrotada em 1841, com a atuação daquele, que se tornaria o patrono do Exército, Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Também a Farroupilha, a maior rebelião do império, foi pacificada em 1845, através do Tratado de Poncho Verde. Estas atuações constituíram não somente um trunfo político para o jovem imperador, mas também para o Duque de Caxias, comandante das tropas imperiais, que ficou conhecido como o Pacificador.



Rebeldes Farroupilhas com a bandeira da República Rio-Grandense.

PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS

O sistema político do Segundo Reinado era o Parlamentarismo. Mas diferente da forma clássica do sistema, o parlamentarismo no Império possuía, além dos poderes executivo, legislativo e judiciário, o chamado **Poder Moderador**. Isto fez com que alguns dissessem que o Império possuía um **parlamentarismo às avessas**.



Charge de 1878 representando a política do Segundo Reinado



Ao contrário do Parlamentarismo inglês, onde primeiro eram convocadas eleições para a Câmara dos Deputados, para depois formar-se um gabinete ministerial com o partido que tivesse obtido maioria na Câmara, no Brasil o imperador nomeava o primeiro-ministro, que então formava o ministério. Depois disso, eram convocadas eleições para a Câmara dos Deputados. Estas eram fraudadas para que vencessem os candidatos do mesmo partido do primeiro-ministro.

Por outro lado, o chamado **poder moderador** permitia a D. Pedro II não somente nomear o primeiro-ministro, mas também dissolver a Câmara e demitir ministérios. Portanto, o imperador no fundo tinha grande poder de decisão no império. Para se ter uma ideia, no Segundo Reinado o Conselho de Ministros foi formado 36 vezes, o que demonstra uma grande alternância de poder entre liberais e conservadores.

LIBERAIS X CONSERVADORES

Como já foi mencionado, o Partido Liberal foi formado pela ala progressista do império, que reunia os liberais e possuía inclinações federalistas, ao passo que o Partido Conservador veio do Regressista, e reunia os partidários do centralismo monárquico. Fora isso, os conservadores eram ligados à agricultura de exportação e os liberais ao mercado interno.

Não obstante, apesar dessas diferenças, liberais e conservadores eram grupos políticos, que visavam somente o poder e a sua permanência nele. Para isso, realizavam promessas de campanha para sua clientela política, e eram essas promessas que se esperava que cumprissem e não programas ideológicos de partido.

REVOLUÇÃO PRAIEIRA (1848)



Recife após a Revolução Praieira.

A Revolução Praieira foi a última do ciclo de revoltas que vinham acontecendo no Brasil desde o fim do século XVIII. Curiosamente, ela sofreu influências da chamada “Primavera dos Povos”, que foram as revoluções que ocorreram na Europa naquele mesmo ano. Portanto, a Praieira teve elementos do socialismo utópico entre as suas reivindicações.

Havia em Pernambuco uma concentração fundiária na mão de pouquíssimas famílias desde os tempos coloniais: os Cavalcanti, Souza Leão e Albuquerque Maranhão. Estas famílias possuíam membros tanto no Partido Liberal quanto no Conservador. Sendo assim, a política de Pernambuco era dominada por eles.

Em 1848, após a queda de um ministério liberal e a subsequente nomeação de um presidente conservador para a província de Pernambuco, foi o estopim para a Revolução Praieira. Os praieiros, que tinham esse nome por causa do **Partido da Praia** criado por eles, divulgaram o seu **Manifesto ao Mundo** nessa ocasião.

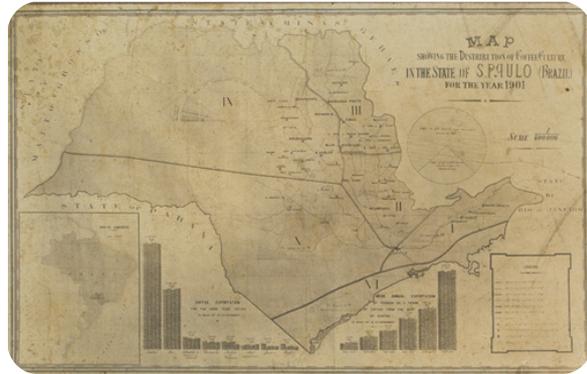


Nele pediam o fim do império, a proclamação de uma república, voto livre e universal, reformas sociais e econômicas, nacionalização do comércio, liberdade de trabalho etc. Seus líderes eram Borges da Fonseca e Pedro Ivo. Este inclusive foi homenageado em um poema de Castro Alves.

Apesar de terem ocorrido batalhas em Olinda e Recife, e os rebeldes terem contado com participação popular nos conflitos, eles foram derrotados. Borge da Fonseca foi morto ao tentar atacar a Paraíba, e Pedro Ivo foi traído pelo governo após ter aceitado a promessa de que seria anistiado caso se entregasse.

ECONOMIA DO SEGUNDO REINADO

A partir do Segundo Reinado, o café finalmente consolidou-se como o principal produto de exportação do país. Introduzido no século anterior pelo militar luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta, o café já era altamente valorizado no mercado internacional, mas o seu cultivo só vingou no Brasil na primeira metade do século XIX, quando foi plantado na região sudeste, principalmente no: Vale do Paraíba (RJ/SP) e na Zona da Mata (MG). Posteriormente, ele foi introduzido no Oeste Paulista (SP).



Mapa ilustrativo cultivo do café em 1901 em São Paulo.

Como as lavouras do nordeste estavam estagnadas há muito tempo, houve um intenso tráfico interprovincial de escravos nesse período. Isto significa que os senhores de engenho do nordeste venderam os seus escravos para os produtores de café do sudeste. Calcula-se que 200 mil escravos tenham sido deslocados pelo território brasileiro por esse motivo.

ERA MAUÁ

Neste mesmo período inicial do Segundo Reinado, o império passou por um pequeno surto industrial devido à iniciativa empresarial de Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Barão de Mauá. Seus empreendimentos eram variados e incluíam, dentre outras coisas, a navegação a vapor, iluminação a gás, estaleiros e ferrovias. Este período de surto industrial no Brasil, ocorreu entre 1840 e 1860, e muito contribuíram as relações que Mauá mantinha com pessoas influentes no império e no exterior.



Mauá, o empresário do império.

A título de ilustração, podemos citar a criação da **Tarifa Alves Branco** (1844), que foi diretamente benéfica para os empreendimentos de Mauá. Desde os tratados de comércio de 1810, os produtos industrializados ingleses tinham tarifas baixíssimas para entrar no Brasil. Caso os produtos estrangeiros não tivessem similar nacional, pagariam



30% de impostos, mas caso tivesse o mesmo produto no Brasil, os estrangeiros pagariam 60%.

Aproveitando-se da Tarifa Alves Branco, Mauá passou a produzir no Brasil os produtos, que eram importados na Inglaterra. Este foi só um exemplo da visão de negócio do Barão de Mauá. Não obstante, ele ainda veio a falir no

Segundo Reinado, mas antes da sua morte, ele conseguiu se recuperar e saldar todas as suas dívidas.



Manuel Alves Branco.

A LEI BILL ABERDEEN E O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

Desde o Primeiro Reinado, em 1826, o Brasil havia se comprometido com a Inglaterra em acabar com o tráfico de pessoas escravizadas pelo Atlântico. E na realidade, esta pressão inglesa já estava presente quando a família real e a corte portuguesa vieram para o Brasil em 1808. Entretanto, estes compromissos e acordos nunca foram cumpridos de fato pelo Brasil.

Com o objetivo de pressionar pelo fim do tráfico, a Inglaterra criou em 1844, uma lei (**LEI BILL ABERDEEN**), que lhe dava o direito de aprisionar qualquer embarcação que estivesse transportando escravos pelo Oceano Atlântico. Contudo, os traficantes e latifundiários brasileiros sempre foram muito obstinados em continuar com o tráfico.



Senador e Ministro da Justiça Eusébio de Queirós

A situação chegou a tal ponto que a Inglaterra, em 1850, chegou a aprisionar dois navios negreiros na Baía de Paranaguá. Apesar do governo imperial não poder interferir na situação, justamente pelos compromissos firmados pelo fim do tráfico, a população local revoltada pelo que viram como uma afronta à soberania do Brasil, decidiu trocar tiros de canhão contra os navios ingleses.

Esta situação crítica apressou o império a assinar a **Lei Eusébio de Queirós** no mesmo ano (1850), que acabou definitivamente com o tráfico atlântico de escravizados para o Brasil.

LEI DE TERRAS E IMIGRAÇÃO

Naquele mesmo ano de 1850, o império promulgou a **Lei de Terras**, que proibia a propriedade fundiária adquirida por direito de posse, e liberava apenas a compra, venda



ou doação pelo Estado. A Lei de Terras foi um golpe duro em milhares e talvez milhões de brasileiros pobres que tinham uma pequena propriedade para viver. A partir dela, essas famílias de **posseiros e sesmeiros**, tiveram um prazo para comprar a terra na qual viviam ou então submeter-se a alguém que compraria a terra na qual já viviam.

O artigo 18 da **Lei de Terras** autorizava a “importação” anual de imigrantes que viriam às custas do Estado, que ainda se encarrega de fazer com que eles conseguissem emprego tão logo chegassem no Brasil. Imigrantes europeus já estavam sendo trazidos para o Brasil desde a década de 1840, pelo **sistema de parceria**.



Evidentemente, a imigração teve o objetivo de substituir a mão de obra negra nas lavouras do Brasil. Prova disso é que no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós foi promulgada a Lei de Terras. E mais, a ideia era que viessem imigrantes principalmente da Europa, que eram vistos como uma **raça superior**. Isto demonstra a influência da pseudociência racista que estava em alta na Europa naquela época.

Para se ter uma ideia, entre 1850 e 1953, o Brasil recebeu quase 5 milhões de imigrantes europeus (maioria) e asiáticos (minoria). Um número comparável e até superior ao de africanos que vieram escravizados entre os séculos XVI e XIX para o Brasil. Esta política de Estado visava o gradual **embranquecimento** (também chamado de **branqueamento**) da população brasileira.

GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito internacional ocorrido na América do Sul. Ela



colocou, de um lado, o Paraguai e, do outro, a Tríplice Aliança (formada por Argentina,

Uruguai e Brasil). No final da guerra, os países da Tríplice Aliança saíram vencedores, mas o Paraguai ficou arrasado pela guerra, tendo perdido cerca de 80% da sua população masculina ativa, o que levou alguns a considerarem esta guerra um massacre.

Desde a sua independência em 1811, o Paraguai era uma nação que havia optado por um modelo ditatorial e nacionalista de desenvolvimento econômico. Pela sua posição geográfica, ele não possuía saída para o mar, o que fez com que Solano López alimentasse pretensões expansionistas na região.



D. Pedro II
(Brasil)



Bartolomeu Mitre
(Argentina)



Venâncio Flores
(Uruguai)

A fim de evitar os altos impostos que pagava aos argentinos pela navegação na Bacia do Prata, Solano López queria formar um **Grande Paraguai**, que incluiria regiões da Argentina, Brasil e Uruguai. Mas fora estes motivos, havia também questões regionais, como a intervenção do Brasil nos conflitos internos do Uruguai, depondo, por exemplo, um presidente, Aguirre, que buscou então apoio junto a Solano López para retornar ao poder.

Então, as tropas paraguaias confiscaram um navio brasileiro no Rio Paraguai e invadiram o território do atual Mato Grosso do Sul, dando assim início à guerra, que durou 6 anos e trouxe graves problemas econômicos para o Brasil e outros países envolvidos, que contraíram dívidas com a Inglaterra. O número de mortos, entre militares e civis, foi de aproximadamente meio milhão de pessoas, principalmente no Paraguai. Não obstante, o exército brasileiro saiu, de certa forma fortalecido, e a monarquia brasileira entrou num processo de decadência que levou ao seu fim em 1889.



Guerra do Paraguai



CRISES DO SEGUNDO REINADO

A partir do fim da Guerra do Paraguai, tiveram início uma série de crises que terminaram por levar ao fim do Império e à Proclamação da República. E mais, em 1870, foi fundado o Partido Republicano, que reunia inicialmente as alas mais radicais do Partido Liberal, mas que depois agregou também os militares do Exército, influenciados pelas ideias positivistas, e os chamados “republicanos de última hora”, que eram latifundiários escravistas que se sentiram prejudicados com a abolição da escravidão em 1888 e, por isso, colocaram-se contra o Império.

QUESTÃO RELIGIOSA - Esta foi uma das primeiras questões que abalaram o império, e ela foi um conflito entre a Igreja Católica e o governo imperial por causa da maçonaria. Em 1864, o Papa Pio IX através da Bula Syllabus, excomungou da Igreja Católica todos os que pertencessem à maçonaria.

De acordo com o regime do Padroado, esta bula precisaria da aprovação do imperador para valer aqui, o chamado placet. Acontece que D. Pedro II não concedeu esse placet, e apesar disso um Bispo de Olinda, D. Vital, e de Belém, D. Macedo, agiram de acordo com a bula papal mas desrespeitando a lei brasileira, excomungando membros maçons da igreja.

Em consequência, os bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados. Mas em 1875, eles foram anistiados pelo imperador D. Pedro II. Toda esta situação causou um grande atrito entre o Império e a Igreja, que consequentemente retirou seu apoio ao imperador.

QUESTÃO MILITAR - Após a Guerra do Paraguai, o exército saiu fortalecido. Mas uma das principais consequências foi a mudança na mentalidade, que ocorreu com aqueles que tinham lutado. As ideias republicanas foram introduzidas entre os jovens oficiais por intermédio do professor e militar Benjamin Constant.

Por outro lado, alguns militares passaram a contestar o próprio regime escravocrata, pois muitos negros haviam lutado e sobrevivido à Guerra do Paraguai, engrossando assim as fileiras do exército. Entretanto, o Exército sentia que não era valorizado pelo Império, que sempre esteve mais ligado à Marinha.

A gota d'água veio na década de 1880, com o movimento abolicionista, pois além de muitos militares



D. Vital.



Marechal Deodoro da Fonseca



aderirem ao abolicionismo, os militares se recusaram a ser usados para caçar escravos fugidos. Esta foi a decisão tomada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, líder maior do exército e que futuramente se tornaria o primeiro presidente da república do Brasil.

QUESTÃO ABOLICIONISTA - O ano de 1880, marca o começo do movimento abolicionista. Ele era diferente do chamado emancipacionismo, que defendia a libertação gradual dos escravos. Após a **Lei Eusébio de Queirós**, em 1850, o governo imperial promulgou a **Lei do Ventre Livre**, em 1871, que previa a liberdade dos filhos de escravas nascidos a partir da data da lei. Contudo, é preciso fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, segundo o texto da própria lei, os senhores de escravos poderiam ainda dispor do menor até que ele completasse 21 anos de idade. Em segundo, mesmo que as crianças ficassem em liberdade efetiva, para onde elas iriam senão permanecer junto aos senhores das suas mães?

Uma outra lei que veio nessa linha emancipacionista foi a **Lei dos Sexagenários**, de 1885 e que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade. O problema era que poucos escravos chegavam a essa idade.

Já o **abolicionismo** defendia o fim imediato da escravidão, sem concessão para os ex-senhores de escravos. Os principais líderes abolicionistas foram Joaquim Nabuco (o único branco desse grupo), Luís Gama (jornalista, poeta e rábula), André Rebouças (engenheiro) e José do Patrocínio (jornalista e escritor).



Os abolicionistas denunciavam os males da escravidão na imprensa e lutavam ativamente para a compra de alforrias e defesa de escravos nos tribunais. Outros, mais radicais, promoviam fugas de escravos nas fazendas e cidades, como foi o caso em Recife, do **Clube do Cupim**, um grupo que transportava escravos de Pernambuco para o Ceará, já que nesta província a escravidão fora abolida em 1885. No Clube do Cupim atuavam jornalistas e intelectuais de Pernambuco, como **João Ramos** e **Francisco Phaelante Câmara Lima**.

Finalmente, a escravidão foi abolida em 1888, através da **Lei Áurea**, assinada pela Princesa Isabel. Um ano depois a monarquia cairia com o apoio do exército e das elites escravocratas que se sentiram prejudicadas pela abolição sem indenização. Afinal para eles, era uma questão de prejuízo econômico.